



PETRÓPOLIS: A NATUREZA PLANEJADA
UM ESTUDO SOBRE NOBRES, IMIGRANTES E MATA ATLÂNTICA
WINTER, Valério¹

RESUMO

O presente trabalho é parte de pesquisa de doutorado realizada junto ao Laboratório de Pesquisa em História Ambiental, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Trata-se de revisão bibliográfica. Como fundamento teórico utilizamos a Geografia Cultural e as bases metodológicas para História Ambiental definidas por Donald Worster. Nosso objetivo é o de discutir o papel desempenhado pelas ideias de natureza próprias da primeira metade do século XIX e como que as mesmas influenciaram no planejamento do que é hoje o município de Petrópolis, da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Encerramos apresentando o resultado da análise de relatos que desvendam a forma com que imigrantes germânicos e elite imperial percebiam e agiam sobre a floresta tropical.

Palavras-chave: Geografia; História Ambiental; Natureza; Planejamento Urbano.

PETRÓPOLIS: THE NATURE PLANNED
A STUDY ABOUT NOBLES, IMMIGRANTS AND TROPICAL FORESTS

ABSTRACT

This work is part of research carried out at the UERJ Environmental History Research Laboratory, of the State University of Rio de Janeiro - UERJ. This is a bibliographical review. As a theoretical foundation we use the Cultural Geography and methodological bases for Environmental History defined by Donald Worster. Our objective is to discuss the ideas at the XIX century and how they influenced the planning of Petrópolis RJ. We conclude by presenting the result of the analysis of reports that reveal the way German immigrants and the imperial elite perceived and acted on the Atlantic Forest.

Key words: Geography; Environmental History; Nature; Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

(...) a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido (SOUZA, 1996, p. 34).

¹ Mestre em Educação. Doutorando em Geografia UERJ. Pesquisador do Laboratório de História Ambiental UERJ. Professor de Geografia e Geógrafo INEA – RJ. E.mail: winter.valerio@gmail.com.

Petrópolis é o resultado de três projetos distintos: um projeto de estado que visava a modernização da infraestrutura viária do império; um sonho pessoal materializado no projeto do Imperador Pedro I de construir um palácio de verão na serra fluminense, sendo este retomado no 2º reinado pelo mordomo da casa imperial Paulo Barbosa da Silva e finalmente um projeto do engenheiro Júlio Frederico Koeler de arrendar as terras do Imperador na serra e ali instalar uma colônia agrícola com o trabalho livre de imigrantes.

No presente artigo discutimos a estrutura ideológica e econômica, o processo histórico e as diferentes funções atribuídas ao lugar, que definiram a forma territorial que hoje conhecemos como Petrópolis. Buscamos também apresentar o resultado de nossa análise de documentos e relatos sobre a forma com que os imigrantes germânicos percebiam a mata nativa e como que culturalmente atuaram sobre a mesma.

Baseamos nossa argumentação na Geografia Cultural e História Ambiental utilizamos os estudos de Drummond (1991), Freitas; Peres; Rahy (1999), Glacken (1990) e Worster (1991).

Estruturamos o artigo da seguinte forma:

Iniciamos com uma breve apresentação de nosso referencial teórico para a condução desse artigo. Em seguida escrevemos sobre as transformações na percepção medieval portuguesa da natureza que influenciaram nas ações de estado no Brasil Colônia logo nos primeiros anos do século XIX. Prosseguimos com um histórico do Caminho do Ouro e sua importância para a fundação de Petrópolis. Mergulhamos nos três projetos responsáveis pela fundação de Petrópolis, o projeto do Estado Português de modernização viária da colônia; o sonho do Imperador de uma *Camelot* na serra; e o projeto de uma colônia agrícola alemã idealizado por Koeler. Concluímos discorrendo sobre a importância da cultura alemã, tanto de imigrantes trabalhadores como da elite instruída, que influenciaram no planejamento do município.

2. GEOGRAFIA E HISTÓRIA AMBIENTAL

Drummond traçou cinco características metodológicas e analíticas da História Ambiental: 1º) Quase todos os estudos focalizam uma região com alguma homogeneidade natural, o que estabelece uma ligação com a história regional; 2º) O diálogo com todas as demais ciências para o entendimento dos fatores e características físicas e biológicas da área de estudo; 3º) Explorar as interações entre recursos naturais e as sociedades humanas; 4º) A enorme quantidade e variedade de fontes relativas ao

estudo das relações sociedade/natureza; 5º) A História Ambiental necessita de um trabalho de campo bem feito (DRUMMOND, 1991, p. 7).

As características apresentadas por Drummond evidenciam uma natural aproximação com a Geografia, temos a forma como um território pré-definido, a interdisciplinaridade no entendimento dos processos físicos, a relação homem/natureza, as fontes de pesquisa e por fim o sempre necessário e prazeroso trabalho de campo. A interdisciplinaridade surge como característica fundamental.

Considerando a necessidade de um intenso movimento interdisciplinar, Donald Worster (1991), apresenta três níveis básicos para a História Ambiental:

O primeiro nível trata do entendimento da natureza, organização e funcionamento ao longo do período a ser estudado. Nesse nível o estudioso lida com o domínio das ciências naturais, tratando do entendimento das dinâmicas ambientais do meio analisado, Geologia, Hidrologia, Agronomia, Biologia e outras são postas para conversar.

O segundo nível introduz a relação do domínio socioeconômico com o ambiente. As preocupações do pesquisador são com as ferramentas e trabalho, as relações sociais, a forma com que os povos criam bens a partir da apropriação de recursos naturais. Trata das relações socioeconômicas em um ambiente, o que favorece a Economia, Sociologia, e outros campos do conhecimento.

O terceiro nível é onde ocorre, nas palavras do autor, “(...) aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”. (WORSTER, 1991, p. 5). É onde as concepções sobre a natureza são analisadas, cada tipo de ideia gera uma nova interação, nesse sentido a Filosofia, Psicologia, Antropologia são algumas das que podem contribuir para a produção de metodologias capazes para a análise dessas ideias.

O citado autor destaca ser essencial a combinação dos três níveis apresentados para o desenvolvimento de estudos mais profundos, em seu entendimento, apesar de separadas essas questões devem ser complementares e independentes, sendo indissociáveis.

Para a Geografia o entendimento da natureza é primordial, uma vez que estudamos e buscamos compreender as diferentes faces da relação homem/natureza, o mesmo se aplica a história do pensamento ocidental, profundamente influenciada pelas relações sociedade/natureza e cultura/natureza.

Segundo Freitas, Peres, Rahy (2007), o maior estudioso de como o ocidente concebeu e agiu sobre a natureza foi Clarence Glacken. O autor desenvolveu uma profunda análise dos sentidos atribuídos pelas sociedades humanas a natureza ao longo da história ocidental, seu objetivo era

entender o principal objeto da Geografia. Para Glacken (1990), os homens conceberam sua relação com a natureza em três grandes questões: Seria a Terra uma criação, existiria uma causa para todas as coisas na terra? A natureza exerce influência sobre a cultura e as sociedades humanas? Como o homem modificou sua herança divina, a Terra, dando continuidade criação?

Glacken observa que há séculos o pensamento humano se empenha em decifrar a natureza, no entanto os debates só nos mostram que o mundo natural é uma ideia abstrata um produto cultural extremamente subjetivo e em permanente transformação. A natureza não pode ser compreendida como algo estático e objetivo.

O homem é produto de sua história ambiental e a natureza é condição da existência humana. As diferentes ideias de natureza concebidas pelos homens em cada período histórico, reflete a evolução do próprio homem. E mais, não há um único modo de ver ou perceber, quando aproximamos nosso olhar de um determinado período, conformação social ou cultural, podemos também encontrar diferentes formas de conceber e entender a natureza e encontrar em sua expressão visível, a paisagem, o acúmulo de tempo, cultura e processos sócio históricos.

3. NOVOS TEMPOS NOVAS IDEIAS

O século XVIII viu o desenrolar de um processo histórico cultural que gradativamente modificou a forma com que portugueses e seus descendentes percebiam o mundo natural. A floresta que nos séculos anteriores era vista tanto como algo sagrado, intocado a ambiente inóspito a ser expurgado pelo fogo, domesticado e transformado, passa a ser encarada como recurso natural estratégico para o desenvolvimento do estado. Aos poucos a concepção de que só deveriam ser valorizados os elementos naturais “úteis” aos homens dá lugar a análise mais profundas com claros objetivos de conhecer o meio e os sistemas que o mantem.

Conforme análise de Pádua (2009), o deslocamento da percepção medieval portuguesa da natureza dos séculos XVI e XVII para as novas ideias da filosofia natural do século XVIII tem sua origem na difusão no mundo português de elementos das culturas romântica (homem ligado espiritualmente ao lugar) e iluminista (a natureza sistema).

Como “cultura romântica” cresce a percepção de que os homens possuem uma ligação íntima com seu lugar de origem que vai muito além do apego ao local de nascimento, uma ligação com o território que os define como participantes de uma “unidade espiritual”, uma pátria, uma nação.

Como “cultura iluminista” desenvolve-se cada vez mais a concepção sistêmica da escola fisiocrata, a vertente econômica iluminista, popularizada por Richard Cantillon, François Quesnay e outros autores, que aproximavam por meio de metáforas o funcionamento da economia com o funcionamento de sistemas naturais. Cantillon ao estabelecer que a riqueza essencial provinha da terra, transformada pela agricultura, “utilizou a metáfora da sociedade como uma árvore onde a agricultura seria a raiz, a população o tronco e as artes e comércio as folhagens” (PÁDUA, 2009 p. 314).

A professora Inês Aguiar de Freitas define muito bem esse período. Para a autora o século XVIII viu surgir uma nova forma de apropriação do mundo, uma conquista pelas palavras, nomear, mapear, catalogar, criar referências, “fazer do território uma carta que se pode manipular, que se pode ler e sobre a qual pode-se ler a si próprio (...) Colonizar é transformar um espaço qualquer em lugar” (FREITAS, 2007, p. 27). Nomear lugares, plantas e seres serviria como sopro civilizador de apropriação, inserindo territórios e seus objetos na história, o por sua vez possibilitaria ações futuras sobre o espaço de forma a instaurar ordem e razão a fim de abrir portas para terras mais longínquas aos que viessem a seguir, e ainda, conforme a autora (p.33), “tornar o mundo cientificamente visível”.

Em Portugal o que podemos considerar como marco inicial dessa corrente romântico iluminista, foi a reforma da Universidade de Coimbra em 1772 e já em 1779 a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa que:

(...) serviu como polo de gravitação em torno do qual uma geração de intelectuais influenciados pela cultura iluminista, com alguns influxos românticos, começou a produzir discursos, memórias e apontamentos que procuravam descrever e captar a potencialidade econômica das diferentes regiões naturais da América Portuguesa (PÁDUA, 2009, p. 315).

Na época o império colonial português passava por um período de crise que levou a um reordenamento de suas estruturas políticas e econômicas. As minas de ouro brasileiras estavam em declínio, o açúcar produzido no Brasil não conseguia concorrer com a produção das Antilhas Holandeses, o algodão norte-americano suplantou o brasileiro, isso tudo somado ao fato da má administração da colônia com perda de oportunidades e receitas. (DEAN, 1996, p. 134). E foi na ciência natural que o Rei de Portugal enxergou uma saída para a crise.

Um marco foi a contratação pelo Marques de Pombal do cientista italiano Domingos Vandelli para a nascente Academia de Ciências de Lisboa. Para Vandelli por meio do estudo da História Natural a Coroa Portuguesa poderia combater a decadência econômica e a ciência poderia subsidiar descobertas que levariam o mundo lusitano a reinventar-se, de forma a superar o declínio e retomar as glórias do passado (SCHIAVINATTO, 2003, p. 603). Nas palavras do naturalista Correia da Serra, fundador da Academia de Ciências de Lisboa:

O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o que são capazes. A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido desta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo. (SERRA, apud SCHIAVINATTO, 2003, p. 608).

Paulatinamente crescia a percepção da natureza como patrimônio gerador de riquezas, sendo necessário um conhecimento aprofundado dos ciclos e sistemas naturais a fim de se obter cada vez maiores e melhores resultados financeiros.

Para melhor conhecer essa enorme riqueza natural e descobrir novos e importantes recursos para a economia portuguesa a Academia de Ciências de Lisboa incentivava e patrocinava, “viagens filosóficas pelo Brasil”. Em 1779 Vandelli escreveu uma dissertação sobre o modo como deveriam ser relatadas essas viagens. “Nessa obra, o naturalista italiano ensinava como escrever uma memória de maneira minuciosa, devendo o viajante nomear todas as suas atividades, seus percalços, seus contatos com as gentes e o estado de civilização em que se encontravam” (SCHIAVINATTO, 2003, p. 603). A obra também ensinava os aspectos operacionais da viagem e recomendava a necessidade de que a os elementos da natureza deveriam ser catalogados nos moldes da História Natural.

Para além de certas tendências que dominaram boa parte da produção colonial sobre a natureza brasileira – como no caso dos inventários de elementos isolados da fauna e da flora – emergia, desde o final do século XVIII, um estilo de interpretação e de iconografia que destacava a diversidade espacial concreta das suas manifestações coletivas. As afirmações genéricas sobre a “bondade dos ares” e a “pureza das águas”, que não deixarão de estar presentes, perderam espaço para um tratamento mais profundo dos lugares, dos conjuntos regionais formados pela interação entre os vários elementos da natureza e da vida humana. O denominador comum, nesse sentido, passa a ser justamente a ideia da majestosa variedade do território e das suas múltiplas possibilidades de exploração econômica (afirmação que, obviamente, possuirá uma forte dimensão política). (PÁDUA, 2009, p. 313).

A transformação do estado português foi fortemente influenciada pelo avanço das ciências naturais na segunda metade do século XVIII, a ciência foi apropriada pela ideologia como forma de dinamização do progresso econômico. Viajantes naturalistas percorreram o mundo lusitano seguindo passo a passo as determinações de Vandelli, o objetivo era de reunir o maior número possível de conhecimento buscando novas riquezas ocultas no mundo natural como também contribuir para o avanço das ciências naturais e desenvolver novas formas de apropriação da natureza, agora um patrimônio econômico da nação.

4. UM NOVO TEMPO NOVOS CAMINHOS

Nos idos do século XVII a descoberta de ouro na região central do que é hoje o estado de Minas Gerais provocou uma verdadeira corrida em busca de riqueza. A notícia se disseminou pela colônia chegando em seguida a Portugal e toda a Europa. Milhares de aventureiros partiram para a região. Tal movimentação de pessoas e interesses fez com que a coroa portuguesa buscasse alternativas para o caminho de ligação entre o litoral e a região das Minas Gerais.

O caminho inicial para o interior partia de São Paulo pelo vale do rio Paraíba do Sul e após transpor a Serra da Mantiqueira chegava-se a região do ouro, mais tarde esse caminho ganhou uma variante que ligava Parati ao Vale do Paraíba. Além dos caminhos oficiais outras trilhas eram abertas para burlar o fisco português. Em 1698 foi aberto o Caminho Novo que partia da Baía da Guanabara pelo rio Iguaçu chegando ao que é hoje o município de Paty do Alferes atingindo em seguida o Vale do Paraíba. (AMBROZIO, 2013).

O Caminho Novo viria a solucionar apenas parte do problema da distância entre o Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais. A intensificação gradual da mineração; o aumento no trânsito; as perigosas trilhas em declividades acentuadas; os rios e córregos que em épocas de chuvas alagavam e impediam por dias a viagem e as perdas materiais resultantes, fizeram com que se buscasse uma alternativa mais viável.

Em 1721 o Sargento-Mor Bernardo Soares Proença requer e obtém da capitania do Rio de Janeiro uma sesmaria na vertente norte da Serra do Frade, vale do Rio Itamarati afluente da margem direita rio Piabanha. Uma vez estabelecido na região Proença propõe a abertura de uma outra via de acesso à região aurífera, “executando-a com o dispêndio de 100.000 cruzados e as vidas de muitos escravos, além de arruinar a própria saúde” (LAMEGO, 1950, p. 185). O atalho de Soares Proença economizava em até quatro dias a viagem do Rio de Janeiro ao vale do rio Paraíba do Sul, o trajeto era menos áspero, as tropas subiam pelas margens dos rios Inhomirim e Caiobá alcançando o topo da Serra da Estrela e depois o rio Piabanha. Em pouco tempo o atalho passou a ser a principal via de acesso as Minas Gerais e o único Caminho Novo.

Ao final do século XVIII a mineração do ouro em Minas Gerais entra em declínio, e com ela toda a economia da colônia. Para reagir ao desastre iminente a Coroa Portuguesa retoma setores econômicos estagnados como também inicia a busca por novas alternativas. Uma primeira solução foi o incentivo aos produtores de derivados de cana-de-açúcar que, no século anterior, eram responsáveis pela maior produção de riqueza da América Portuguesa. A reordenação dos canaviais veio a dar nova

vida à plantation açucareira como também abrir espaço para um novo ator que começava a emergir no teatro da economia colonial, o café.

O café que aparece timidamente na pauta de exportações aos poucos vai revelando um frutífero potencial de crescimento. Grandes fazendas cafeicultoras são estimuladas no vale do rio Paraíba do Sul o que reforça a importância econômica do Caminho Novo como via de escoamento da produção. Tornou-se urgente a melhoria dos caminhos que ligavam a região das fazendas de café ao porto do Rio de Janeiro, assim, “(...) mesmo com o declínio da extração de minerais preciosos, o Caminho Novo se afirmava como a mais importante via do Brasil desde a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, quando a Colônia foi elevada à condição de Vice-Reino” (PEDROSO, 2014, p.31). Outro fator foi o interesse de proprietários rurais em terras na bacia do rio Piabanha.

A abertura do atalho de Bernardo Proença fortaleceu e incrementou as atividades econômicas desenvolvidas na serra, o que beneficiou enormemente os produtores locais fornecedores de alimentos tanto para a corte no Rio de Janeiro como para a região das minas de ouro. Outra fonte de receita para os proprietários locais foram as paradas para pernoite, descanso e abastecimento de viajantes e grupos de tropeiros que iam e vinham pelo caminho.

O crescimento econômico do Vale do Paraíba do Sul também incrementou uma nova economia agrícola ainda mais voltada para o mercado europeu, podendo ser previsto que a produção mineira e serrana passaria por um forte crescimento: “(...) uma vigorosa expansão da cafeicultura (que) se desenvolvia pelas férteis terras do Médio Inferior Vale do Parahyba adjacentes ao Caminho de São Paulo” (FRÓES, 2006, p.1).

Com o objetivo de preparar a infraestrutura local para o crescimento que se avistava no horizonte ao final do século XVIII, D. João ordena a revitalização do Caminho Novo. Um dos pontos centrais de interesse da Coroa Portuguesa era a modernização do caminho adaptando o mesmo ao padrão das estradas carroçáveis do velho continente. Em 1802 é iniciada a construção da Calçada de Pedra subindo a serra em direção ao vale do Rio Piabanha (FRÓES, 2006).

A reforma inicial determinada por D. João, seria uma entre as várias adequações para a nova realidade que passaria a principal via de ligação com o centro da colônia. Com as novas diretrizes impostas pela urgência econômica a velha trilha de animais é transformada em estrada. Mesmo tratando-se de intervenção em área de topografia irregular realizada com tecnologia rudimentar, o resultado da obra iniciada em 1802 e terminada em 1809, foi uma via sólida em plenas condições de uso para os meios de transporte da época e que resiste até nossos dias no meio de áreas florestadas da serra. “É de se notar que representava uma imensa modernização a transformação de uma antiga trilha para tropas ou mulas, em estrada carroçável para receber carros de tração animal” (PEDROSO, 2014, p. 33).

A modernização tem seu preço e o primeiro a pagar foi o complexo sistema da floresta atlântica. Além dos impactos já verificados ao longo do caminho, todo o conjunto da bacia do rio Piabanha passa também a fazer parte da lógica desenvolvimentista recebendo um número progressivo de inquilinos, uma população havida por cada vez mais recursos e espaço.

Uma vez finalizada o que antes era o atalho de Bernardo Proença, depois Caminho Novo passa a ser denominada Estrada Geral da Estrela, e finalmente Estrada Normal da Estrela (FRÓES, 2006)..

5. O EMBRIÃO DO SONHO

Ao final do século XVIII as terras serranas, hoje município de Petrópolis, eram ocupadas por oito propriedades: Fazenda Alto-da-Serra, Fazenda Córrego Seco, Fazenda Tamaraty (atual Itamarati), Fazenda Samambaia, Fazenda Rio da Cidade, Fazenda Araras, Fazenda Rocinha das Pedras e Roça do Secretário (FRÓES, 2006, p. 3). “Havia também nesta época propriedades (fazendas, embriões de fazendas, sesmarias e roças) localizadas em faixas territoriais que se estendiam a partir das Quadras do Atalho, denominadas sobre-quadras”. (PEDROSO, 2014, p. 35).

Das propriedades mencionadas duas possuem um maior destaque na historiografia do município, as fazendas do Córrego Seco e do Padre Correia.

Por volta de 1770, cinquenta anos após Bernardo Proença abrir em meio à floresta tropical a picada que deu origem ao Caminho Novo, seu neto e herdeiro Antônio Bernardo de Proença dividiu a sesmaria Itamarati vendendo a parte sul da propriedade. Tratava-se das terras no alto da Serra da Estrela atravessada pelo Córrego Seco, rio que diminuía de nível nos invernos e formava uma trilha pelo qual tropeiros e demais viajantes alcançavam as margens do rio Piabanha, caminho que os levava a região das Minas Gerais. (FRÓES, 2006).

O comprador foi Manoel Vieira Affonso, que denominou sua nova propriedade como Fazenda do Córrego Seco. Aproveitando local plano após a forte subida da serra, Vieira Affonso construiu um ponto de pouso para os viajantes: “O citado rancho ficava localizado à beira do Atalho, numa várzea onde o Rio Seco inflectia bruscamente para a esquerda, em busca de sua barra no Rio Quitandinha, dali distante cerca de 220 braças” (FRÓES, 2006, p. 6). Logo todos passaram a conhecer o lugar como “Rancho do Córrego Seco”, sendo este o único local no alto da serra capaz de abrigar as tropas que viajavam para as Minas Gerais.

A fazenda do Padre Correia é uma ramificação da sesmaria de Manuel Antunes Goulão, na Quadra do Rio Morto, a propriedade atingiu seu apogeu no século XIX, quando foi considerada a mais importante “comunidade agropastoril e manufatureira do vale do Piabanha” (RABAÇO, 1985, p. 21).

Esta fazenda se tornaria famosa como modelo e referência de produção agrícola. O inglês John Mawe, em sua obra *Travels in the interior of Brazil*, declara "ter sido muito bem recebido pelo padre, percorrendo seu jardim cuidado com esmero, repleto de pessegueiros em flor" (RABAÇO, 1985, p. 23). Também o botânico francês Augusto de Saint-Hilaire, se declara impressionado por "Ihe haverem assegurado que o padre auferia bom dinheiro com os cravos e outras flores que remetia para o mercado do Rio de Janeiro e, naquela quadra do ano, com os pêsegos que ele mandava todas as semanas para o Porto da Estrela" (p. 25), além deles a Fazenda do Padre Correia é citada pelo Barão de Eschwege em “Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica”; pelo naturalista prussiano Freireyss; por Spix e Martius; pelo Consul da Rússia Jorge Henrique Von Langsdorff e outros. A fazenda e a residência do padre Correia era ponto de parada obrigatória de viajantes ilustres e foi por esta razão que em março de 1822 lá se hospedou D. Pedro I, em passagem para Minas Gerais.

Em 1830, a fazenda dos Correia entra no circuito imperial. O Imperador foi aconselhado pelos médicos da corte a levar sua filha, princesa Paula Mariana, para a serra a fim de respirar “ares” mais puros. Para a estadia de sua família D. Pedro I optou pela fazenda do Padre Correia. Após algumas semanas o Imperador tenta adquirir a propriedade, mas o negócio não foi fechado, a herdeira da propriedade, Dona Arcângela Joaquina da Silva irmã do Padre Correia, alegou não poder negociá-la por uma questão de promessa familiar. No caminho de volta surge a ideia de adquirir a propriedade vizinha, a fazenda do Córrego Seco de propriedade do Major Vieira Afonso, está sim sem nenhum empecilho para os interesses do Imperador que já tinha em mente o projeto para a construção de um palácio de verão, o que foi realizado alguns anos mais tarde (FRÓES, 2006, p. 13).

Nos anos seguintes, as terras adquiridas pelo Imperador, foram arrendadas e o sonho do palácio de verão adiado (LACOMBE, 1943).

6. A CAMELOT'SERRANA

O nome *Camelot* evoca honra, magia, romance, aventura. Segundo a lenda, *Camelot* teria sido erguida em um plano no alto de uma montanha da qual estrategicamente se observava toda a planície ao redor, quilômetros de rios, terras e florestas. O castelo estaria rodeado por uma cidade e ambos protegidos por uma muralha intransponível. *Camelot* era conhecida pelo seu esplendor, onde vivia o Rei

cercado por seus nobres, cavaleiros e homens livres que se reuniam nas festas e nos numerosos banquetes e torneios.

As terras da antiga Fazenda do Córrego Seco estavam longe de se transformar em algo como a clássica *Camelot* ou quem sabe *Versalbes*, a cidade artificial construída pelo rei francês Luís XIV, mas existia a possibilidade de realização de algo único na Serra Fluminense.

A vida na corte não era um paraíso de alegria e felicidade para a família imperial. Os constantes compromissos protocolares e as intrigas sociais tornavam os dias lentos e enfadonhos, aliado a isso existiam os problemas sanitários e a constante visão da miséria e demais problemas de uma cidade que crescia em ritmo acelerado (MAUAD, 1997).

Durante a permanência da corte de Dom João no Brasil a população da cidade aumentou rapidamente o que tornou a paisagem urbana caótica. O número de escravos triplicou, o cais do Valongo se tornou o maior entreposto negreiro das Américas, por ali chegavam entre 10 mil e 18 mil cativos africanos todos os anos. Nas palavras da historiadora Mary C. Karasch, “Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava e urbana das Américas; seus visitantes ficavam impressionados com a cor ‘negra’ da cidade” (KARASCH, 2000, p. 19).

O Rio de Janeiro era uma cidade heterogênea, com mansões, palacetes e lojas nas quais chegavam às últimas novidades de Paris. Uma aristocracia culta e exigente frequentava os salões da nobreza e os concorridos espetáculos de ópera. Nos palacetes falava-se francês e os melhores vinhos europeus enchiam as taças dos nobres que desfilavam seus ricos trajes pelas festas. Mas, convivendo com essas ilhas de riqueza e prosperidade, persistiam bairros miseráveis. Doenças como varíola e febre amarela de tempos em tempos dizimavam a população pobre. O desemprego empurrava milhares de pessoas para a marginalidade. A pirataria era constante, tanto no mar como no porto. Gangues disputavam espaço nas ruas e nos cortiços, a fome e a miséria faziam suas vítimas (KARASCH, 2000).

Diante desse quadro a ideia de um lugar diferente ganhava força. Um lindo palácio cercado por mansões dos nobres amigos, um feudo construído em meio a rios e córregos que desciam por encostas verdes povoadas por inúmeros pássaros, pequenos animais, árvores de tamanhos variados, flores e frutas. Todo esse quadro imaginário era plenamente possível, o clima da serra fluminense lembrava aos membros da elite portuguesa as experiências vividas nas serras da metrópole. As manhãs de inverno nasciam cobertas por um denso nevoeiro que aos poucos ia se dissipando revelando dias frios e ensolarados finalizados por noites estreladas. Nos verões as tardes chuvosas deixavam os pássaros ativos e a mata ainda mais verde, as quedas d’água transformavam-se em frondosas cachoeiras e a disposição das rochas formavam poços cristalinos, ótimos para um refrescante banho.

Um paraíso na serra no qual a nobreza poderia cavalgar ou andar livremente pelas trilhas e margens dos rios sem o perigo das doenças, proximidade com os miseráveis da capital e afastados das intrigas políticas, um lugar nobre povoado por colonos germânicos, um pedacinho da Europa na Serra.

7. A CONSTRUÇÃO DO SONHO

Nos anos seguintes a compra da Fazenda do Córrego Seco por D. Pedro I outras propriedades do entorno foram adquiridas, ampliando significativamente suas posses na serra fluminense. Finalmente poderia ser realizado o sonho de 1822, um Palácio de Verão. O jovem Império vivia uma época de grandes transformações em meio a intransponíveis divergências. Como ponto de partida para solução dos problemas nacionais o Imperador resolve que sua “*Camelot Serrana*” deveria simbolizar a paz política, nesse sentido idealizou um nome forte para a propriedade, assim o Córrego Seco passa a ser denominado de Fazenda da Concórdia. Para tal ele encarregou o arquiteto real Pedro José Pezerat e o engenheiro francês Pierre Taulois do projeto que simbolizaria a harmonia que tanto desejava, todavia, a obra nunca chegou a ser realizada, em 07 de abril de 1831, D. Pedro I foi obrigado a abdicar e retornou a Portugal.

Foi somente em 1839 que foram solucionadas as pendências deixadas pelo Imperador no que se refere as dívidas assumidas pela compra da Fazenda do Córrego Seco e demais propriedades serra acima. A fazenda somente passou às mãos da família imperial em 1842 quando o inventário de D. Pedro I foi encerrado (FRÓES, 2006).

O sonho não era de fácil realização. O Córrego Seco era uma propriedade pobre encravada em local cortado por rios que formavam áreas alagadas entre montes com declividades acentuadas, cobertas por uma densa floresta tropical, nada havia naquele lugar, o melhor da serra estava rio abaixo nas terras dos Corrêa, mas ali no alto da serra apenas mata, rios e cheias, o maior atrativo era a estrada, o Caminho do Ouro, a estratégica passagem de encontro à riqueza e é justamente esse o fator que contribuiu para a realização do “sonho do imperador”.

Para a pesquisadora Margarida Maria Mendes Pedroso, é provável que na época houvesse um consenso entre os grupos que orbitavam ao redor do Imperador em favor do empreendimento, “De acordo com o sociólogo Norbert Elias, mesmo em um regime imperial, portanto absolutista, o monarca não decide sozinho, mas equilibrando tensões entre os diferentes grupos sociais que o cercam” (PEDROSO, 2014, p. 22). A História de Petrópolis reflete esse consenso, pessoas oriundas de diferentes grupos políticos, estrangeiros e interesses diversos trabalharam em favor da realização do

projeto Imperial que se tornou concretizável graças a uma conjuntura já amadurecida gestada em fins do século XVIII e que teve um forte impulso em 1808.

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, em 1808, um conjunto de medidas vieram a determinar o futuro do vale do rio Piabanha, entre elas, a abertura dos portos às nações amigas, e a permissão do livre trânsito de naturais e estrangeiros em todas as vias do Brasil o que permitiu que viajantes (aventureiros ou naturalistas), antes proibidos no território colonial pudessem circular livremente. Como já mencionado, um importante fato foi a revitalização da infraestrutura das precárias estradas coloniais, dentre elas o Caminho Novo e finalmente a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, o que determinou definitivamente os destinos do território petropolitano (FRÓES, 2006, p. 11).

A reorganização do espaço sócio político brasileiro aproximou personagens distantes, dentre eles o futuro Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva que se encontrava na Europa e articulou o casamento de D. Pedro I com D. Amélia de Leuchtenberg. Entre 1825/1830, Paulo Barbosa, que na época era Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros, representou o Império brasileiro estabelecendo relações com o mundo germânico (PEDROSO, 2014, p. 35).

Mais tarde, como homem de confiança do Governo Imperial, Paulo Barbosa seria um dos principais articuladores que viria a concretizar parte do sonho de um Palácio de Verão no alto da Serra da Estrela.

Outro importante nome foi o Engenheiro Júlio Frederico Koeler que em 1828 chegou ao Brasil para integrar o Batalhão de Estrangeiros, criado para substituir os oficiais portugueses que voltaram para a metrópole após concretizada a independência. Como engenheiro militar Koeler foi responsável por um conjunto de obras que o aproximaram da casa real brasileira.

A experiência de Koeler, seu conhecimento da região serrana fluminense e sua relação de amizade com o mordomo Paulo Barbosa, fizeram com que fosse convidado para o projeto de construir o Palácio Imperial de Verão, como também planejar as bases da povoação que seria erguida em seu entorno.

Nessa época Koeler estava empenhado na reforma da Estrada Real das Minas Gerais, os governantes do período regencial retomaram a modernização das estradas do Império, iniciada D. João VI ao final do século XVIII, com a construção da Calçada de Pedra. Esta seria uma preocupação recorrente durante o segundo reinado (PEDROSO, 2014). Coube a Koeler modernizá-la, mas ao invés de realizar o esperado, o engenheiro propõe a construção de uma nova estrada mais segura e com traçado menos acentuado do que a anterior. O novo projeto é aceito e a obra iniciada ao final da década de 1830.

A mão de obra disponível era formada por escravos, açorianos e alguns poucos trabalhadores livres contratados, no entanto, um fato viria a proporcionar a Koeler uma oportunidade de realizar algo revolucionário para época, a chegada ao Rio de Janeiro do navio Justine com famílias de imigrantes alemães. Essas famílias tinham como destino a Austrália, mas devido a maus tratos recebidos ao longo da viagem, ao chegarem no porto do Rio de Janeiro se rebelaram e decidiram não prosseguir viagem. Ante tal situação, os imigrantes solicitaram autorização para permanência no Brasil. Ao todo eram cinquenta e uma famílias de imigrantes as quais Koeler promete um lugar no alto da Serra da Estrela. Foi uma grande oportunidade, as obras da “calçada de pedra” careciam de mão de obra especializada.

Koeler percebe que poderia juntar a satisfação de trabalhar em parceria de seus conterrâneos germânicos com a eficiência de ter a mão operários conhecedores das novas tecnologias que ele pretendia utilizar. Foi uma experiência pioneira, não tratou-se apenas de trabalho livre substituindo o escravo mas também a tentativa de estabelecimento de uma colônia agrícola na serra. (FRÓES, 2006).

As famílias de imigrantes passaram a operar como infraestrutura de apoio ao trabalho na estrada:

O historiador continua:

Na verdade, o que Koeler estava pretendendo era organizar uma ‘colônia de operários germânicos’, para a qual foram improvisadas as seguintes instalações e atividades de apoio: áreas para pequenas roças e criações; escola; oficina destinada à confecção e reparo de ferramentas; Caixa de Socorro e Auxílio Mútuo; Assistência Médica, com apoio da infraestrutura da Imperial Fábrica de Pólvora; e Assistência Religiosa, havendo provas documentais de que, pelo menos uma vez, o Pastor Avé Lallemand teria oficiado um Ato Evangélico naquele local. (FRÓES, 2006, p. 8).

O trabalho de Koeler e suas ideias renderam frutos. O engenheiro ganhou fama e respeito de gente poderosa por sua capacidade profissional, no entanto as obras foram interrompidas por falta de verbas e somente retomadas em 1842. Um ano depois, em 16 de março de 1843, a então fazenda do Córrego Seco é arrendada por decreto ao Major Engenheiro Júlio Frederico Koeler. No Decreto Imperial nº 155, de 16 de março de 1843, Dom Pedro II reserva uma parcela do terreno para a coroa imperial, no qual seria construído o sonhado palácio de verão além de uma igreja, em homenagem a São Pedro de Alcântara, e também um cemitério. O restante da propriedade foi dividida em lotes a serem vendidos para os nobres próximos. O sonho de D. Pedro I ganha um forte impulso.

Já em 1844, foram contratados seiscentos casais de colonos alemães para a continuidade das obras de modernização do antigo Caminho de Pedra a então Estrada Normal da Estrela. Mas, ao invés do esperado número contratado, chegam ao Rio de Janeiro cerca de 2.000 imigrantes alemães, o que levou o Imperador D. Pedro II a oferecer suas terras, já arrendadas a Koeler, como colônia.

Em 29 de junho de 1845 os colonos chegam a serra e é fundada a colônia alemã, a terra foi dividida em lotes doados aos recém-chegados e, já em maio de 1846, a colônia é elevada à categoria de freguesia de São Pedro de Alcântara e em 1857 à categoria de cidade.

8. O ESPAÇO PLANEJADO

Para Sérgio Buarque de Holanda o Brasil não nasce de um acordo urbano, "toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos" (HOLANDA, 1963, p. 57), o fenômeno urbano brasileiro seguiu um ritmo próprio. As localidades passavam por níveis de importância que determinadas diferentes denominações, essa hierarquia obedecia aos interesses da Metrópole sendo a "cidade" o topo, estágio em que a antiga "vila" passava a receber recursos e privilégios o que fortalecia a elite local.

Em sua formação as cidades brasileiras passaram por diferentes caminhos. Existem cidades nascidas na trilha de alguma atividade econômica; outras são oriundas de questões políticas ou estratégicas; existem ainda aquelas cidades que cresceram a partir de um aldeamento indígena, de um quilombo, algum pequeno povoado pesqueiro ou algo parecido.

Petrópolis subverte essa ordem, a cidade imperial não nasce ligada economicamente a áreas rurais e nem passa por um longo processo de construção e conquista política. Em menos de 10 anos a cidade de Pedro nasce como colônia, passa a freguesia e por decreto torna-se cidade. Petrópolis parte de uma intervenção de ordem governamental, uma vez que a decisão de criá-la partiu do Imperador D. Pedro II.

Pedroso (2014), ressalta que dessa característica decorre a condição econômica local apartada da agricultura. Desde o início verifica-se em Petrópolis uma variada gama de atividades (gêneros alimentícios, têxteis, gráficas, cervejarias), na grande maioria trazidas por sucessivas levadas de colonos alemães, desempregados da economia industrial em seu país de origem. Outro fenômeno foi o crescimento dos serviços de hotelaria destacando-se os hotéis Bragança (1848), Suíço (1847) e Inglês (1849). Em Petrópolis a atividade agrícola mostrou-se incompatível com o terreno.

Petrópolis foi concebida em um tempo de profundas transformações, sendo estas refletidas na arquitetura urbana local. A revolução industrial no continente europeu retira poder de parte da nobreza, da Igreja e do próprio estado, o que favorece a burguesia nascente. Novas ideias reordenam a organização social. Em meados do século XVIII surge o neoclassicismo. O movimento neoclassicista resgata os valores estéticos e culturais do mundo greco-romano. Ao valorizar a antiguidade clássica, a

simplicidade, razão e pureza estética, o neoclassicismo aproxima-se da corrente iluminista. (ARGAN, 2001).

Em decorrência desses novos sentidos e percepções emerge a "ideia de que a cidade, não sendo mais patrimônio do clero e das grandes famílias, mas instrumento pelo qual uma sociedade se realiza e expressa seu ideal de progresso deve ter um asseio e um aspecto racionais" (ARGAN, 2001, p. 22).

Até fins do século XVIII as cidades europeias eram medievais em essência e barrocas na aparência, a Revolução Industrial vem a modificar esse quadro. Trabalhadores rurais e diferentes grupos de viajantes juntam-se a burgueses, comerciantes e trabalhadores urbanos em busca da proteção e oportunidades nas cidades industriais. Ao contrário do esperado o crescimento acelerado da população degrada, polui e deteriora o ambiente. Em uma geração o mundo mudou.

Era preciso que o homem do século XIX encontrasse novos sentidos para aquele momento de crescimento, algo que desse sustentação para aquele novo e desconhecido mundo industrial. É nesse momento que surge um forte elo de ligação da sociedade industrial do século XIX com o Renascimento (PEDROSO, 2014).

O homem renascentista se coloca como centro do universo o que transformou tanto a sociedade como a paisagem da época. A racionalidade não limitou ou restringiu pelo contrário, permitiu a diversificação cultural, nas palavras de Pedroso: “A matemática e o desenho em perspectiva foram alguns dos instrumentos, abstratos, que viabilizaram sua forma de expressão. A busca da beleza e da perfeição foi seu objetivo, e a arte, a sua expressão maior” (PEDROSO, 2014, p. 74).

Nos primeiros anos do século XIX a racionalidade greco-romana resgatada pelo pensamento renascentista, passa a ser parâmetro para resolução de questões que, em alguma medida ainda são influenciadas pelo pensamento barroco do século XVIII. Nesse sentido o mundo antigo passa a ser referência civilizadora para o caos urbano industrial.

Diferente da Europa onde o neoclassicismo emerge como resposta para os novos valores burgueses, o neoclassicismo brasileiro é apropriado pela monarquia, sendo fortemente manifestado ao longo de todo o governo do Imperador D. Pedro II, em especial na criação de Petrópolis.

A criação de Petrópolis, assim como o plano Koeler, são partes integrantes do processo de inserção na paisagem dos novos códigos e valores que surgiam. Vivia-se um contexto em que a racionalidade estava fortemente expressa nos atos e políticas implementadas pelo governo de Pedro II e o planejamento de Petrópolis é cópia fiel desse momento.

9. O PLANO KOELER

A topografia da então Fazenda do Córrego Seco determinou o desenho inicial da cidade. Em tempo recorde Koeler realizou um minucioso levantamento topográfico do local e em seguida projetou a Vila Imperial, futuro núcleo urbano. Em seguida foram retificados parte dos rios e demarcados os quarteirões e lotes doados aos colonos alemães. A planta geral inclui os rios seus afluentes, vias principais e secundárias, praças, lotes de terra, e terrenos reservados aos edifícios públicos e religiosos.

Unindo a racionalidade cartesiana à sensibilidade artística, Koeler instala as ruas e avenidas que darão corpo a cidade nas margens dos rios. Mais uma vez o engenheiro foi inovador, os construtores das cidades portuguesas viam os rios de forma utilitária, na sua maioria os mesmos serviam como depósito de esgoto ou, quando possível, como opção de transporte, existia o consenso geral de que os corpos hídricos deveriam ficar nos fundos dos quintais das residências. Koeler inverte a lógica portuguesa instalando vias públicas nas margens dos rios e em seguida as residências, criando uma faixa não edificante de proteção para o rio e um complemento da arquitetura urbana.

Os rios foram sendo canalizados e capeados, dando lugar a largos e ruas. Este é um ponto controverso no plano de Koeler, em nosso entender não houve uma previsão realista para a Petrópolis futura, a intervenção nos rios e córregos restringiu a mata ciliar e eliminou o trajeto sinuoso dos rios Palatino e Quitandinha o que foi determinante para os futuros problemas de alagamento da área central do município. É claro que o pensamento da época entendia as áreas alagadas como propagadoras de germes e doenças mas não podemos deixar de observar que as obras proporcionaram o início da impermeabilização e assoreamento que levaram as enchentes de verão verificadas já nos primeiros anos do século XX.

Outro problema era o abastecimento de água, como não existia a possibilidade de atender a todos, colonos residentes e nobres em veraneio, com abastecimento de água e sistema de esgoto, Koeler inseriu em seu planejamento um limite para construção no fundo dos terrenos o que impedia que os efluentes sanitários contaminassem as águas dos poços localizados distantes da casa e nem tampouco atingisse aos rios, nesse sentido o terreno vegetado existente entre as fossas e corpos hídricos (rios e poços) servia como um filtro natural para as águas servidas. (FRÓES, 2006).

Percebe-se que o projeto de Petrópolis tem a clara intenção de agregar qualidade de vida a seus habitantes. Em uma única planta geral estão representados os rios, ruas, praças, estradas, quarteirões com lotes de terra demarcados, áreas reservadas aos edifícios públicos e religiosos, onde existem claras indicações de zoneamento e hierarquização do sistema viário. (PEDROSO, 2014).

O espaço é hierarquicamente estabelecido. O terreno é definido de forma a apresentar soluções para questões de abastecimento e saneamento. São inseridos detalhes paisagísticos que unem natureza e urbanidade. Koeler deixa explícito sua preocupação com a conjuntura socioeconômica do momento.

A cidade foi planejada de modo a refletir no terreno a organização espacial da monarquia. São definidas três classes: A primeira classe formada pela Vila Imperial, composta pelo Palácio Imperial e os lotes de terra destinados à nobreza que orbitava ao redor do Imperador; a segunda classe formada por prazos de terra organizados em quarteirões destinados aos colonos germânicos e a terceira classe composta por lotes maiores nos quarteirões mais distantes, sendo estes obrigados a cultivar e produzir alimentos formando uma espécie de cinturão verde de abastecimento urbano.

O Major Engenheiro não viu seu plano ser concluído, em 21 novembro de 1847 o Júlio Frederico Koeler morre prematuramente em um trágico acidente. Em um domingo festivo Koeler convidara seus amigos para um torneio de tiro ao alvo em sua chácara. Em uma mistura de imprudência e fatalidade o major foi atingido mortalmente.

Meses antes de falecer Koeler doou ao Imperador a Fazenda do Quitandinha, que em seguida é dividida em lotes para as novas levas de colonos que chegavam. O crescimento da cidade tomava forma. A rua do Imperador recebia novas edificações comerciais e administrativas, o sonho já era realidade (RABAÇO, 1985).

A permanência cada vez maior de D. Pedro II na cidade garantia um crescente movimento de nobres e homens de negócio em busca dos “ares da serra” e proximidade como o poder imperial.

O Plano Koeler prosseguiu nas administrações seguintes sobre as bases inicialmente estabelecidas. Em 1854 “rigidez” inicial de Koeler é revista por Otto Reimarus, que redefini e atualiza o plano inicial ao aumento da população, são abertas novas ruas e travessas, a padronização dos lotes é revista como também é ampliada a área a ser ocupada.

Após o falecimento de Koeler a construção foi gerida por cinco diferentes administrações até que em 1857 quando Petrópolis alcança o status de cidade.

Uma crítica recorrente ao plano Koeler é a sua padronização de lotes e a insistência na manutenção de uma colônia agrícola. Em nossa opinião a rigidez na manutenção das dimensões para lotes e vias, a não ocupação das encostas florestadas e o afastamento das edificações para os rios principais foram acertadas, no entanto o crescimento populacional forçou uma revisão, que certamente no futuro seria acatada por Koeler, o que nos impressiona foi a não percepção do engenheiro de que os colonos que ali chegaram eram na sua maioria trabalhadores industriais sem maiores conhecimentos agrícolas e que mesmo após um inovador estudo topográfico do terreno e alguns anos de observação das condições de clima e solo locais, Koeler não percebe que o sonho de uma colônia agrícola estaria

muito longe de ser realizado, tanto por falta de condições técnicas como que físicas. Por outro lado, exaltamos a versatilidade e adaptação do colono que ao receber terras em locais nos quais o plantio era de difícil execução, ao invés de estagnar prosperaram por meio de pequenas indústrias caseiras.

Em artigo publicado na Tribuna de Petrópolis de 5 de março de 1995, o arquiteto Luiz Antônio Alves de Souza, (SOUZA, 1995), estabelece relação com a obra de Françoise Choay, Urbanismo, na qual a autora classifica modelos pré-urbanistas, em culturalistas ou progressistas. O modelo progressista, baseado no iluminismo prima pela racionalização do espaço com zonas e funcionalidades visando ao máximo desempenho urbano. O modelo culturalista, de concepção ideológica, expressa o espaço sócio cultural refletindo um traçado irregular e assimétrico, não visaria o indivíduo mas a comunidade, nas áreas centrais estariam os prédios administrativos e na periferia lotes maiores com áreas agrícolas.

Teria Koeler se inspirado em um modelo “culturalista”? Entendemos que o momento histórico influenciou na opção culturalista, no entanto não podemos deixar de considerar que antes de urbanista, Koeler era um competente engenheiro militar pragmático. A ideologia refletida na cidade tem sua origem na concepção imperial iluminista que via no sonho de Pedro I, um Palácio de Verão, a potencialização para a criação de uma Versalhes na serra tropical. Percebe-se um certo hibridismo ideológico racionalista no plano Koeler.

O racionalismo de Koeler fica refletido na preocupação ambiental. No art. 6º das Instruções para execução do Decreto Imperial nº 155, é assegurada reserva florestal, no alto das elevações a fim de conservar nascentes e evitar deslizamentos. O §3º do art. 15 obriga os foreiros “a velar pela conservação das árvores destinadas ao assombramento das estradas, ruas, caminhos e praças e das matas reservadas para construção sitas em sua frente ou fundos” O § 7º do art. 15 citado impedia o desmembramento dos prazos em profundidade: “não alienar parte de seus prazos senão em proporções maiores de cinco braças de frente, com o fundo total respectivo”. (FRÓES, 2002, p. 34)

O que concluímos é que houve uma convergência de fatores, nos quais o apoio imperial deu os subsídios necessários a dois homens visionários Júlio Frederico Koeler e Paulo Barbosa da Silva o que nos proporcionou um modelo “culturalista” levado a cabo por um pragmático engenheiro racionalista. As ideias de Koeler foram certamente produto de diversas influências da época.

Ele implanta uma forma racional de organização espacial adaptando o traçado urbano a topografia. Se considerarmos as demais cidades do século XIX essa reunião de diferentes aspectos pode ser considerada diferenciada para a época. Nos arriscamos a especular que talvez Koeler tenha inaugurado algo próprio e inovador, uma nova forma de conceber uma cidade.

10. A ALMA ALEMÃ

Na primeira metade do século XIX, o que é hoje território alemão, estava passando por uma crise sem precedentes. Camponeses endividados, indústria paralisada, fome e discórdia em toda parte, o povo estava exausto. O caos era o trágico resultado dos longos anos de guerras napoleônicas. A vontade de abandonar tudo crescia entre os alemães e o novo mundo era o destino escolhido.

No Brasil a Lei Provincial nº 56, de maio de 1840, autorizou a formação de colônias agrícolas. Em 1844, o presidente da província fluminense Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, assinou um contrato com a firma Charles Delrue & Cia., de Dunquerque, para contratação de imigrantes trabalhadores especializados na construção civil. Ao contrário do que se esperava, os colonos alemães contratados para trabalhar na futura cidade, não eram agricultores ou especialistas em obras. Entre eles haviam cozinheiros, músicos, pasteleiros, confeitheiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, operários industriais, todos artífices contratados pelo estado que por um tempo aguardaram pela distribuição dos lotes prometidos.

Em carta publicada em jornal alemão da época, um religioso de nome Stroele, pastor da Igreja Luterana, relata os problemas e provações por que passaram os colonos alemães desde que embarcaram em Dunquerque até sua chegada a Petrópolis: “Mas apenas tinham deixado as fronteiras alemãs, começou a miséria. Chegadas a Dunquerque, não acharão ainda prontos os navios destinados para eles” (SILVEIRA, 1942, p. 12). Sem comida suficiente e passando por maus tratos os colonos sofreram na viagem, “A esta vida de fome ajuntaram ainda castigos corporais e a desonra das pessoas femininas” (p. 13). Chegando ao Brasil ficaram aguardando algum auxílio que só chega após grande insistência junto ao Imperador Pedro II que os encaminhou para Petrópolis.

Após desgastante caminhada pelo Caminho Real transportando crianças e pertences em cestos carregados por mulas. No alto da serra as terras a serem doadas ainda não estavam demarcadas, foram alojados em barracões e cada família iniciou uma luta pela sobrevivência trabalhando nos ofícios que já conheciam. O Pastor Stroele descreve as primeiras impressões sobre Petrópolis:

A temperatura é 10 graus diferente da do Rio de Janeiro, desagradável, sempre nebulosa, turva; os chuveiros são horríveis, o chão é frio, úmido de modo que muito não prospera. Para aqui foram, pois transportados esses pobres emigrantes alemães. A cada um foi dado algum trato de terra para os primeiros dez anos livres de impostos e depois tem de pagar um pequeno imposto anual. Na chegada dos colonos, Petrópolis era uma pobre aldeia, cercada de matos virgens. Se os colonos já tinham sofrido de mão e de duro na sua estada em Dunquerque, na viagem do mar e em Praia Grande, tudo isto desapareceu diante de uma vida infernal em Petrópolis; não havia de comer, nem moradia, nem caminhos, nada senão o mato virgem, neblinas, chuveiros e uma luta amargosa contra répteis venenosos. Uma epidemia dizimou-os; a desesperação na

providência divina abalou as suas consciências religiosas. A bebedeira e a imoralidade de toda espécie aumentou ainda a desgraça deles. (SILVEIRA, 1942, p 18).

Há todo esse quadro de percalços e estranhamento, somou-se problemas com a administração da colônia. De acordo com a carta de Stroele, Koeler e os administradores que o seguiram negligenciaram o colono que construía a cidade, alguns embates foram inevitáveis. Stroele fala sobre o autoritarismo de Koeler e Fróes (2002), cita o “motim dos colonos” em março de 1856, no qual os colonos alemães se rebelaram contra o Tenente Coronel Alexandre Manuel Albino de Carvalho, diretor da colônia, que se indispusera com o padre Teodoro Wiedmann, capelão católico, o que resultou em revoltas e tumultos por toda cidade.

Mas como viviam, pensavam e percebiam a exuberante natureza tropical?

Os povoados de colonos alemães estabelecidos no Brasil ao longo do século XIX tornaram-se zona de intersecção entre a cultura regional latina e a germânica, formando algo próprio a ponto de serem percebidos e de se perceberem como um grupo a parte. Em algumas comunidades do sul do país a língua portuguesa é empregada apenas com os de fora e demais manifestações culturais nos remetem a uma Alemanha do passado.

Os colonos alemães que chegam a Petrópolis no verão de 1845 fazem parte de um grupo de pessoas que sofrem as consequências da revolução industrial e reorganização do capitalismo da época.

Esse movimento migratório estimulou uma espécie de hibridismo cultural o que contribuiu em muito para a diversidade cultural nacional. Hall (2005), observa que as migrações deslocam no espaço identidades centradas e fechadas, mas ao mesmo tempo há um movimento contraditório entre a “tradição” e a “tradução”, nas palavras do autor:

(...) algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de ‘Tradição’, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou puras; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins chama de ‘Tradução’ (HALL, 2005, p. 87).

Nas colônias alemãs estabelecidas no Brasil houve tensões originadas no conflito tradição/tradução no que diz respeito a língua e costumes. Segundo Hall (2005), o conceito de tradução

(...) descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens, e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas nunca são e serão unificadas no sentido velho, porque elas são,

irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas”. As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ [...] Estão irrevogavelmente traduzidas (HALL, 2005, p. 88-89).

Percebe-se que os alemães que migraram para o Brasil e que formaram, dentre outras, a cidade de Petrópolis, viviam em solo brasileiro a dicotomia entre a tradição/tradição, entre o desejo de conservar as origens e a necessidade de apropriar-se, inserir-se na cultura local.

O fato de tentar sobreviver como agricultores, em lotes pequenos para exploração agrícola e na maioria das vezes em solos impróprios para o plantio, sem aptidão para o trabalho no campo: “Uma descrição da época diz que ‘a localização da colônia não foi feita com discernimento para o que dela se esperava: compunha-se de pouca terra arável e de qualidade medíocre” (FRÓES, 2002, p. 36) - passando por inúmeras privações, fez com que aqueles imigrantes iniciassem sua vida no novo mundo fortemente atados a cultura de seu lugar de origem. Nesses povoados, “a língua alemã foi o idioma oficial por muitos anos” (ECKERT-HOFF, 2010, p. 87). Persistia o espírito da Heimatland (terra natal, pátria), um sentimento nacionalista nostálgico pela pátria que os havia abandonado em muito alimentado pela percepção de estar vivendo em uma terra que não lhes acolhia totalmente.

Outro aspecto que nos fornece pistas sobre quem eram os alemães que aqui chegaram é a formação religiosa do colono. Para Schunemann (2003), não é correto associar os alemães ao luteranismo, existe uma complexidade muito maior. Muitas regiões de origem dos colonos possuem o catolicismo como crença predominante e mesmo nas protestantes haviam divisões entre reformados e luteranos. Magalhães (1998) define que grande parte dos imigrantes tinha uma prática religiosa ligada ao Pietismo, originada no século XVIII por uma ramificação do luteranismo. Já Rabaço (1985), escreve que os colonos que chegam a Petrópolis são na sua maioria de fé católica.

Outro ponto a considerar é a emergência do romantismo alemão:

Os alemães constituem o berço da inspiração e da irradiação romântica. Verdadeira revolução cultural, o Romantismo exprime uma era de apogeu da cultura ocidental, contragolpe da crise europeia causada pela Revolução Francesa. Se o século das luzes desenvolve os temas da razão analítica elaborados por Galileu e Newton, o Romantismo representará a crise moral, espiritual e estética desse tempo. O movimento, muito além de atingir apenas a literatura, torna-se um estado de espírito, uma nova maneira de ver o mundo e, principalmente, a natureza (FREITAS; PERES; RAHY, 1999, p. 33).

As telas de Friedrich Caspar, que promovem o encontro do homem com a natureza mística. A música de Wagner inspirada nos mitos nórdicos, nas lendas, nos sons da natureza. A obra de Goethe para a qual a arte utiliza a estética da natureza como elemento de superação entre a tenção mundo

ideal/mundo real, as formas adquirem “o status de perfeição” e só existiriam em função da relação natureza/cultura, o que permitiu definir as paisagens e atribuir-lhes identidade (VITTE; SILVEIRA, 2010). Caspar, Wagner e Goethe são os idealizadores nas Artes Plásticas, Música e Literatura de um renascimento e reconstrução da Landschaft por meio da religião primitiva, magia, referências mitológicas, cavaleiros teutônicos e sons da natureza presentes no passado germânico pré-cristão (FREITAS; PERES; RAHY, 1999, p. 33). O romantismo alemão nasce em oposição ao racionalismo francês mas seria ilusão crer que toda a sociedade germânica estivesse inserida nesse contexto, mesmo entendendo que o momento era propício e frutífero.

Em 1827 Humboldt fazia conferências em Berlim:

Centenas de pessoas compareciam para assistir a cada palestra, que Humboldt apresentava sem recorrer a anotações. Era algo empolgante, vigoroso e completamente novo. Sem cobrar ingresso, Humboldt democratizou a ciência: no auditório lotado, seu público variava de membros da família real a cocheiros, de estudantes a criados, de acadêmicos a pedreiros – e metade eram mulheres (WULF, 2016, p. 281).

As palestras de Humboldt mostram uma sede de conhecimento entre os trabalhadores alemães, mas não podemos desconsiderar a localização geográfica e as características culturais locais. Humboldt estava em Berlim, centro do mundo germânico, já os colonos eram na sua maioria oriundos de vilas e cidades no que é hoje o sudoeste da Alemanha. Uma comprovação do caráter racional e concreto da personalidade dos imigrantes pode ser constatado por meio do estudo de cartas e textos da época (BRAUN, 2011).

Apesar do natural apego a mística de um passado glorioso o colono que chega ao Brasil não possui uma percepção romântica de mundo. Persistem pensamentos e atitudes racionalistas e a natureza é vista como um obstáculo a ser vencido um impedimento à construção de uma vida próspera. A mata deveria ser vencida, mas lhes faltava as condições materiais para tal o que resultou na agricultura familiar que abastecia apenas Petrópolis, longe da colônia agrícola idealizada por Koeler.

11. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Petrópolis foi idealizada para ser um lugar especial para os bem nascidos membros da elite imperial; foi planejada pelo pragmatismo do engenheiro; foi ecologicamente concebida pelo pensamento inovador do urbanista e moldada pelo idealismo romântico alemão. No entanto as cidades possuem vida própria e seguem seus caminhos.

Já nos primeiros anos o ideal de uma Versalhes tropical abastecida de alimentos por agricultores alemães que produziriam em pequenas e prósperas fazendas estabelecidas ao redor do centro administrativo, foi drasticamente interrompido pela realidade. O relevo e a densa floresta tropical impediam a produção em grande parte do terreno. O colono agrícola recém chegado pouco conhecia de agricultura além de ser muito menos submisso do que esperavam seus contratantes. O deslumbramento inicial do imigrante com a natureza tropical deu lugar a um sentimento de estranhamento e afastamento da natureza, o belo observado tornou-se inferno vivido.

No decorrer dos anos o planejamento foi revisado, o sonho imperial abandonado e as encostas e várzeas dos rios ocupadas. A indústria chegou trazendo novos inquilinos, conflitos e culturas variadas.

Hoje a cidade não é mais apenas de Pedro e dos alemães, Petrópolis é um emaranhado multicultural próxima a uma problemática metrópole. Sucessivas administrações públicas, ineficazes e medíocres, levaram o município por caminhos que afastaram a democracia e inseriram o lugar no âmbito de uma estrutura capitalista sedenta por terras, recursos e maximização de lucros.

3. REFERÊNCIAS

AMBROZIO, J. **Petrópolis: O presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial.** Petrópolis: Escrita Fina, 2013.

ARGAN, G. C. **Arte Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRAUN, F. K. **Cartas e relatos de imigrantes alemães.** São Leopoldo: Editora Oikos, 2011.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira;** tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, J.A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** *Estudos Históricos* v.4, n.8, p. 177-197, 1991. Disponível em <<http://www.nuredam.com.br/>>, acesso em 06 de agosto de 2016.

ESCHWEGE, W.L.V. **Diário de uma viagem do Rio de Janeiro à Vila Rica, na capitania de Minas Gerais, no ano de 1811.** Imprensa Oficial: São Paulo, 1936.

FREITAS, I. A. de; PERES, W. R.; RAHY, I. S. A janela de Hitler. **Geo UERJ**, n.6, p.29-36. Rio de Janeiro: jul. /dez.1999.

FREITAS, I.A. de História Ambiental e Geografia: Natureza e cultura em interconexão. **Geo UERJ** - Ano 9, nº 17, vol. 2. Rio de Janeiro: 2º semestre de 2007.

FRÓES, C. O. **Detalhes Interessantes sobre o Plano Koeler.** Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2002.

_____. **Petrópolis, A Saga de um Caminho – Gênese e Evolução do Território Petropolitano**. Série de vinte ensaios, divididos em 21 capítulos. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2006.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century**. Berkeley: University of California Press, 1990. Edição original 1967.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 4ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

KARASCH, M.C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACOMBE, L. L. Viajantes estrangeiros em Petrópolis, in **Trabalhos da Comissão do Centenário**. Vol. V, P.M.P. 1943a.

LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

MAGALHÃES, M. B. **Pangermanismo e Nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MAUAD, A.M. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Organizador Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PÁDUA, J.A. Natureza e sociedade no Brasil Monárquico, in GRINBERG, K. & SALLES, R, orgs. **O Brasil Império**. Vol. III, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 313-365.

PEDROSO, M. M. M. **Petrópolis: de povoação-colônia a elevação à categoria de cidade, um estudo sobre sua formação urbana**. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014. Disponível em < <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>>, acesso em 11 de outubro de 2016.

RABAÇO, H.J. **História de Petrópolis**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp, 1975.

SCHUNEMANN, H.E.S. A inserção do Adventismo no Brasil através da comunidade alemã. **Revista de Estudos da Religião** n° 1 - 2003 - pp. 27-40. Disponível em < www.pucsp.br>, acesso em 14 de fevereiro de 2017.

SCHIAVINATTO, I. L. Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História. In: JANCSÓ, Istvan. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC/FAPEESP; Ed. Unijuí, 2003.

SILVEIRA, J. D. A correspondência do pastor Stroele com a Sociedade de Missões da Basileia. **Tribuna de Petrópolis**, 19 e 20 de Março de 1942.

SOUZA, L. A. A. de. Considerações sobre o Plano Koeler, in **:150 Anos da Colonização Alemã em Petrópolis**. Instituto Histórico de Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis/Instituto Histórico de Petrópolis, 1995.

SOUZA, M. J. de. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre, In José de Souza Martins (Org.), **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

WINTER, V. *Petrópolis: a natureza planejada um estudo sobre nobres, imigrantes e mata atlântica*. Geomae, Campo Mourão, v.10, n.1, p.13-38, 2019.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D. Kant, Goethe e Alexander Humboldt: Estética e Paisagem na Gênese da Geografia Física Moderna. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.07-14, jul./dez. de 2010. Disponível em <<http://revista.ufr.br/actageo/article>>, acesso em 23 de julho de 2016.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, 1991. Disponível em <<http://www.nuredam.com.br/>>, acesso em 06 de agosto de 2016.

WULF, A. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt**. Tradução Renato Marques 1ª edição, São Paulo: Planeta, 2016.